

Fiesp quer mudar normas da

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — A abertura da economia brasileira, com a implantação de uma nova política industrial que autoriza importações e exportações quase sem restrições, reforça a necessidade do empresariado atuar junto à Constituinte para modificações no texto

já aprovado em primeiro turno no que diz respeito ao conceito de empresa brasileira com capital nacional e empresa brasileira com capital estrangeiro.

A recomendação consta de um documento em preparação na Federação das Indústrias de São Paulo, onde no dia seguinte ao anúncio das novas medidas de liberalização econômica

os empresários já se movimentam em discussões sobre como transformar a questão da definição de empresa nacional no primeiro ponto de debate para mudanças no texto constitucional.

Os industriais apontam a dicotomia entre a política adotada pelo Governo na área de investimentos industriais e o texto constitu-

cional já aprovado como o principal entrave a curto prazo para o ingresso de novos capitais estrangeiros no País. "Queremos superar a contradição entre a realidade e o que está sendo proposto na Constituinte", admite o vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, principal articulador da entidade junto aos constituintes.

Na avaliação da Fiesp a nova política atende aos interesses dos empresários, mas deve ser recebida com cautela, diante das circunstâncias especiais vividas pelo País. "O que às vezes parece bom no começo pode não ser bom; e o que parece ruim pode não ser ruim", ressalva o presidente da Fiesp, Mario Amato, reconhecendo que a economia brasileira só conseguiu

Constituinte

rá atrair investimentos na área industrial depois de superada a fase de elaboração da Constituição.

Embora tenha sido recebida com entusiasmo em 90 por cento da indústria, alguns setores, especialmente os ligados à produção de bens de capital, já esboçam as primeiras reações contrárias, procurando demonstrar a necessidade de

se manter proteção à indústria nacional. Como não há mais a possibilidade de barreiras alfandegárias, a ideia desse setor é obter benefício de forma indireta, através de redução de carga tributária, segundo adiantou o presidente da Abinee — Associação Brasileira das Indústrias de Aparelhos Eletroeletrônicos — Aldo Lorenzetti.